

## PROBLEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO<sup>1</sup>

Michel **ROCHEFORT**  
Universidade de Paris I

Naturalmente, quando se trata do problema de organização do espaço urbano, poderíamos falar durante dias, pois esse problema é complicado. Então eu gostaria de falar sobretudo de dois aspectos importantes da organização do espaço urbano e das conseqüências desses aspectos sobre a mobilidade da população no interior desse espaço urbano.

O primeiro problema que eu gostaria de discutir com vocês é o da influência da estrutura das atividades da economia urbana sobre a organização do que eu vou chamar de espaço funcional, quer dizer, da parte do espaço urbano que tem como papel ser o suporte das atividades da economia urbana. E aí aparece um problema bastante específico da economia urbana nos países em desenvolvimento que é o problema da existência de dois circuitos da economia, e quais são as conseqüências desses circuitos sobre a organização do espaço urbano.

O segundo, que é específico do ponto de vista de porcentagem e não da realidade dentro da organização do espaço urbano dos países em desenvolvimento, é o problema da pobreza, que no Brasil já foi muito bem estudado por economistas como Tolosa, por geógrafos como Fani Davidovich e outros, mas que foi estudado do ponto de vista mais da porcentagem, dos critérios de pobreza dentro da população de uma maneira geral. Nos países do Terceiro Mundo é um problema que vai gerar formas especiais de produção do espaço urbano, para servir de residência a esta parte da população de baixa renda.

Estes dois aspectos de organização do espaço urbano – a organização para a localização de atividades econômicas dos dois circuitos e a localização das diferentes categorias sociais e sobretudo a localização desta porcentagem importante da população, a de baixa renda, no espaço urbano – vão fazer com que de uma maneira talvez ainda mais clara, mais sistemática do que nos países desenvolvidos, o espaço urbano das grandes cidades do Terceiro Mundo (naturalmente não das pequenas) vá se dividir em unidades de organização com aspectos específicos, naquilo que eu vou chamar de sub-espços, e então o problema do funcionamento da vida

urbana, seja da vida econômica, seja da vida social, vai ser o da articulação entre estes sub-espços dentro do conjunto do espaço utilizado pelo crescimento da grande cidade. E esta articulação vai necessitar de uma mobilidade da população e essa mobilidade gera um problema de transporte e cansaço de uma parte da população.

Então vamos ver primeiro o problema da economia urbana nas grandes cidades dos países em desenvolvimento e o da organização do espaço a serviço do funcionamento dessa economia urbana.

A primeira questão a discutir é a da distinção entre o setor chamado moderno e o chamado informal, ou de pequenas atividades tradicionais, pois tem várias maneiras de ser chamado. A existência desses dois setores e a existência de dois circuitos econômicos, é uma coisa óbvia, é só observar um pouco o funcionamento da economia urbana para verificar a existência deles. Por exemplo, uma cidade da África do Norte, que apresenta de um lado as indústrias, supermercados (para tomar um exemplo do secundário e outro do terciário), e do outro lado, todo o pequeno artesanato de fabricação de cobre, de tecidos, em lugares que têm alguns metros quadrados para cada artesão. Do ponto de vista comercial, em contraposição ao supermercado, uma multidão de pequenas boutiques, o que é o lugar no espaço urbano de localização de todas essas pequenas atividades comerciais tradicionais, na civilização do Maghreb, e em geral na civilização árabe.

De uma maneira talvez um pouco menos organizada, em todas as cidades do Terceiro Mundo, quer seja na África Tropical, quer seja na América Latina, pode se encontrar estas diferenças entre o setor moderno da produção e o setor dos pequenos artesãos, entre o setor moderno da distribuição e o setor informal (qualquer que seja o perigo de adotar esta palavra) do comércio, a feira, o pequeno vendedor de rua, etc.

Então, a existência de dois setores é bem clara. E, naturalmente vai ter conseqüência sobre a organização do espaço urbano. Mas antes de ver estes aspectos e conseqüências no espaço urbano, eu queria abrir um pouco a reflexão sobre o problema da interpretação, na economia urbana, desses dois setores, porque a partir do momento que se fala de dois setores, imediatamente aparece a famosa teoria dualista. Durante muito tempo, todo mundo começou a utilizar esta teoria, eu mesmo tenho que fazer auto-crítica, e o Milton Santos também quando chegou a escrever os dois circuitos caiu na teoria do dualismo. Ou seja, imaginar uma teoria em que a economia urbana desses países funcionassem como dois setores separados: um setor moderno, que é afinal de contas a reprodução do setor

---

<sup>1</sup> Palestra publicada no Caderno Prudentino n° 4, de 1982.

capitalista dos países desenvolvidos, com todo sistema de funcionamento dum setor capitalista; e por questões de pobreza ou de tradição, um setor que seria autônomo, de pequena produção, ligado a um pequeno consumo da parte pobre da população das cidades.

Então seriam dois setores separados e assim a teoria se chama teoria dualista de dois setores.

Só que a meu ver – e é sempre uma coisa a discutir, todas as opiniões, todas tentativas de interpretação – eu acho que isso é um erro bastante grande, de querer separar os dois circuitos, os dois setores. O setor que eu vou continuar a chamar de informal não é – mas talvez foi, no começo – um setor separado, no começo da implantação do setor moderno. Mas agora nós podemos verificar que ele não é separado, tem uma articulação entre os dois setores, com um setor, afinal de contas, a serviço do outro. O setor informal está direta ou indiretamente a serviço do setor moderno. Eu vou tentar explicar um pouco essa posição.

Vamos verificar:

Do ponto de vista da força de trabalho, o setor moderno da economia urbana nos países em desenvolvimento funciona à base de salários baixos. A maior parte dos salários é baixa, é esse um dos aspectos que justifica o desenvolvimento nos países do Terceiro Mundo porque têm os salários bem baixos que nos países desenvolvidos. E uma parte dos capitais transferidos, como exemplo, um empresário francês, que tem fábrica nos arredores de Paris, vai colocar outra fábrica em Abidjan porque vai verificar que quaisquer que sejam os custos de instalação e de manutenção, a economia sobre a mão-de-obra é de tal importância que ele finalmente vai chegar a um lucro maior. Então um dos fatores que vão atrair capitais estrangeiros, de multinacionais, etc, é a mão-de-obra barata. Mão-de-obra porque no mercado de emprego da cidade existe uma oferta de empregos menor que a demanda; se de repente aparece uma oferta de emprego da parte dos empresários maior ou igual à demanda, naturalmente vai ter uma subida de salários por razões da escassez de mão-de-obra.

Então o sistema do setor moderno funciona somente com uma mão-de-obra em excedente, que é a famosa reserva de mão-de-obra, indispensável para o setor moderno da economia urbana dos países em desenvolvimento. Bom, é mais importante nesses países por razões da necessidade de salários mais baixos na estrutura do funcionamento do setor moderno, seja industrial ou seja terciário. Então essa mão-de-obra de reserva tem que sobreviver na cidade. E como pode sobreviver? Pode sobreviver se ela tem a possibilidade de pequenos empregos, de pequenos

sub-empregos até chegar ao setor moderno que depois vai deixar uma parte dessa mão-de-obra que vai continuar nesses empregos; vai ser esta então uma condição da reprodução da força de trabalho na medida em que tem uma força de trabalho que não está empregada no setor moderno. E quando se estuda o mercado de empregos da parte informal do setor da distribuição comercial se verifica que esse setor, que tem o pequeno vendedor de rua, o pequeno comerciante que vende na feira, etc., é exatamente um setor de transição que tem gente que é trabalhador permanente assalariado ou de empresas comerciais ou da indústria, que foi demitido por diversas razões e que se torna um pequeno vendedor até encontrar um outro emprego permanente. Existem já alguns estudos que mostram claramente esta inter-relação entre o setor de tradição, de refúgio, com o setor moderno que vai formar o emprego. Esta é uma primeira justificação.

Segunda justificação: de qualquer modo esta mão-de-obra de reserva e mesmo a mão-de-obra permanente tem um nível de vida bastante baixo. O consumo, pode-se verificar, é um pouco desligado da maneira moderna de distribuição dos bens, dos serviços. Porque quando não tenho bastante dinheiro, não posso comprar uma quantidade importante. E se você não pode comprar uma lata de óleo, você vai comprar uma colher de óleo. Se não pode comprar um quilo de arroz, vai comprar um punhado de arroz, etc., então esta é uma maneira da distribuição se adaptar a essa baixa renda da maioria da população.

Então o setor informal tem o primeiro papel que é o de assegurar a reprodução da força de trabalho do ponto de vista do emprego e do ponto de vista da distribuição dos bens para toda a população de baixa renda, e necessário ao funcionamento da economia urbana.

Mas não é somente esta justificação. Teria um outro aspecto, uma articulação indireta, entre um setor que é separado do ponto de vista do circuito que funciona separadamente, mas que é articulado do ponto de vista da reprodução da força de trabalho necessário ao setor moderno. E tem um outro aspecto que aparece muito nitidamente num trabalho bastante bem feito, de Dakar, do Bureau Internacional do Trabalho, e também de Campina Grande, no estudo de Henri Coincq feito no ano passado, que mostram que várias indústrias têm uma parte do processo de produção que é feito nas fábricas com operários permanentes, como uma organização moderna de produção e tem uma outra parte que é feita a domicílio, pelas famílias onde existe uma distribuição das coisas a fazer, para a mulher, os filhos, o homem da família, que trabalham sem entrar no

sistema permanente de emprego pago pelo trabalho, e isso pode ser importante na fábrica de sapatos, na indústria têxtil, etc.

Essa é uma articulação mais clara que aquela articulação direta porque é mais rentável ao setor moderno se é feita pelo setor informal. Isso é, afinal de contas, uma certa maneira de sub-contratação – palavra errada do ponto de vista econômico – que é uma utilização de um processo particular por parte do processo de produção industrial, que é o processo informal. Então se nós vamos querer compreender a economia urbana das grandes cidades médias dos países em desenvolvimento, devemos compreender que existem verdadeiramente dois setores que têm uma articulação estrutural, que fazem do funcionamento da economia urbana um funcionamento global. E que nos dois circuitos separados têm somente dois aspectos da economia urbana interligados cuja finalidade é o núcleo do setor moderno.

Só que no espaço urbano, para voltar ao assunto do espaço, vamos ver grandes diferenças entre os espaços do setor moderno e os espaços do setor informal. Isso vai permitir passar a discutir alguns problemas de planejamento.

Do lado do setor moderno, existem algumas coisas que não são muito diferentes qualquer que seja o grau de desenvolvimento do país, que é a evolução do terciário moderno, com a tendência absolutamente geral à verticalização do espaço – que dizer, fazer cada vez mais edifícios de muitos andares (arranha-céus). Essa tendência é geral. Só que o surgimento de arranha-céus é um problema de estrutura fundiária. É talvez um aspecto um pouco específico, quando você faz esforço para encontrar especificidades, pelo fato que muitas vezes a evolução do centro de negócios (CBD), das cidades do Terceiro Mundo, vai se dar como uma fase ainda mais liberal do ponto de vista da produção do espaço urbano que nos países desenvolvidos.

Vamos explicar. Geralmente, o centro de uma cidade não é diretamente um centro vertical, ela já começa – porque tem sempre o começo de uma cidade, mesmo se um país é chamado novo – e no começo a utilização foi bastante horizontal. E logo depois aparece a verticalização, pois para passar de uma estrutura de casas ou de pequenos edifícios à estrutura vertical, tem-se que ocupar o terreno. Então vai aparecer a estrutura fundiária na divisão dos terrenos. Muitas vezes, na primeira fase, o terreno foi muito dividido em pequenas parcelas, pequenos lotes, cada um ocupado por uma casa ou pequeno edifício. Então se a produção do espaço é ainda uma iniciativa privada, uma urbanização sem planejamento

urbano, que vai acontecer? Uma incorporadora ou um banco, que vão querer construir diretamente um edifício, vão querer comprar o respectivo lote, e vão construí-lo. E o vizinho não vai querer vender o lote, mas vai ficar com a casa. E o vizinho não vai querer vender o lote, mas vai ficar com a casa. E o outro vizinho vai vender, e uma outra incorporadora vai comprar o lote e construir outro edifício. Assim, vai aparecer este aspecto bem característico da Avenida Paulista de São Paulo, que passou – bom, até a dar uma impressão de desorganização, mas somente impressão, porque tem um edifício bastante estreito, muito alto, uma casa, um edifício um pouco maior, bem alto, etc. Isso prejudica muito a organização global do espaço do centro, do tamanho das ruas, a interação entre os edifícios para os serviços globais e é exatamente o oposto do sistema de reorganização dos preços das grandes cidades, tipo de Paris, que deixou o centro mas organizou um espaço que foi apropriado pelo serviço de planejamento, e limpou tudo, reorganizou tudo plano para a localização dos edifícios, com o famoso Plan de la Défense, àqueles que o conhecem.

Então isso é uma especificidade que eu vou chamar de atraso dos serviços de intervenção do poder municipal para o planejamento dessa verticalização, que é um fato geral. Então o problema é de intervenção na estrutura fundiária, muito sério para o planejamento urbano, porque é muito difícil planejar sem ter o que se chama “la maitrise”, quer dizer, o controle, que também não existe na França. É que está faltando implantar o controle da estrutura fundiária. Quer dizer, fazer com que quando se passa de uma fase anterior de organização do espaço urbano para uma fase nova, a estrutura fundiária anterior seja destruída, que ela não seja uma condição básica para a reorganização do espaço.

Mas isso é muito complicado porque o espaço urbano é um espaço da apropriação individual. Ou então você muda de sociedade e quebra a propriedade individual ou você aceita a sociedade e a propriedade individual que é uma das bases dessa sociedade. Você tem que imaginar uma política que vai conciliar o respeito da propriedade individual como a necessidade de quebrar as conseqüências da apropriação individual do solo. Este é um quebra-cabeça de todos os urbanistas. Mas ainda mais nítido quando se trata da reorganização do espaço urbano do centro para as atividades terciárias.

Quando se trata da localização do espaço industrial, eu vou deixar de lado, porque encontrar um espaço para as indústrias, que sempre ocorre nas periferias das cidades depende da intervenção do poder público: vamos deixar esse problema de lado.

Quando se trata da localização do setor informal, aparecem coisas bastante complicadas que não permitem uma visão global. Ele pode se localizar na rua. Então é um problema de relação entre o transporte, a função fundamental da rua, e a localização do setor informal. Para a feira de Campina Grande, algumas ruas do centro da cidade são fechadas, de sexta-feira à noite até domingo. Então o setor informal chega lá, se organiza: tem gente com bancos de madeira, tem gente só com um pano (saco) no chão, um tabuleiro, etc. De repente, tem um transtorno na organização do espaço urbano, que é a feira.

Existem também outras atividades mais modestas que utilizam a calçada. Eu conheço um pouco do setor informal de Campina Grande, que tem bastante estudos por razão da política de cidades de porte médio de Brasília, CNPU, e lá tem a reparação de carros, consertos de carros, que é uma função muito importante do setor informal, sendo que alguns têm uma oficina, um lugar, outros vão fazer na periferia da cidade, e outros na própria calçada.

Sem dúvida, esse é um problema de utilização da rua. Um outro aspecto é a reutilização de uma parte degradada da cidade. Reutilização de velhas casas, quase casebres, que não têm nenhum conforto, que em vez de servir – e nós vamos voltar a esse assunto depois – para residência dos pobres de baixa renda, vão servir para o funcionamento de pequenas atividades de produção, de comércio. Então vai haver uma reorganização dessa parte da cidade para a localização do setor informal. Isso é um problema para esse setor, porque na dinâmica de uma cidade, o problema das zonas de degradação não é eterno, é uma fase. A degradação vai até que essa parte do espaço urbano se torne de novo um espaço interessante para o setor moderno, seja de produção, seja de residência, e então vai haver uma renovação, uma transformação. E que vai acontecer? O setor informal terá que encontrar uma outra localização. Então é essa, para ganhar tempo, uma das características essenciais do setor informal em várias cidades do Terceiro Mundo e que não tem um lugar próprio, e que utiliza parte do espaço urbano sem poder pagar o verdadeiro preço por ele. Porque dentro do funcionamento do setor informal não há possibilidade de pagar o preço real da localização, daí a utilização da calçada, da rua, dos casebres, etc.

Já estava o setor adicional que não era formal ou informal, que era o global da economia urbana, onde estavam estas pequenas atividades comerciais e artesanais. Lá tinha um lugar bem perto onde estava o famoso “souc” que é muitas vezes o centro da cidade com pequenas ruas, em geral

fechadas, que tem um teto ou uma cobertura de fazenda (toldo), onde havia pequenos lugares para cada artesão com 3m<sup>2</sup>, 4m<sup>2</sup>, 2m<sup>2</sup>. Lá ainda tem um lugar para uma parte do setor informal. Então os problemas são bastante diferentes. O problema de modernizar o “souc”, é muito difícil para o planejamento, enquanto que nos países onde não tem essa tradição muitas vezes o setor informal não tem um espaço próprio e então há o problema da instabilidade, ao contrário da estabilidade do setor formal do espaço urbano. Vamos deixar então o problema da economia urbana e do espaço funcional, que é o espaço da localização das atividades da economia urbana, para voltar ao problema da residência da população urbana ou o problema da produção do espaço urbano para a residência. Porque na verdade, o problema da organização do espaço urbano do ponto de vista da residência existe porque, de um lado tem uma população que vai crescer e vai ter as características ligadas à economia urbana e às condições de empregos, e de outro lado vai ter todo um mecanismo que é o próprio mecanismo econômico de produção do espaço urbano para fornecer a esta população a residência e um jogo de certa demanda de mercado. Então o problema nos países em desenvolvimento é de fazer um confronto entre as condições econômicas de produção do espaço urbano e a parte da população que pode ser um mercado para estas atividades de produção do espaço urbano.

Isto naturalmente vai ser bastante diferente segundo os níveis de vida da população. O que quer dizer mercado; isto é, alguém que pode comprar o apartamento que o incorporador vai produzir ou que vai poder alugar um apartamento num edifício onde alguém colocou um investimento de capital para obter uma rentabilidade do capital investido. Então é um problema de renda da população que necessita de uma residência. Nós podemos ver que há uma diferença muito importante entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento: são os limites de categoria de renda dentro da população em relação ao processo de produção do espaço urbano. O primeiro processo de produção do espaço urbano é naturalmente o processo privado, quer dizer o processo de incorporadores, de imobiliárias, que vão comprar um terreno, produzir sobre o terreno um edifício de apartamentos e encontrar um mercado para obter um lucro do capital investido na construção do edifício ou que vão construir casas, etc. Isso vai dar um primeiro nível. Quer dizer que nós poderíamos mas neste ponto de vista está faltando muitos estudos quantitativos que são muito difíceis, imaginar um estudo que vai conseguir ver o nível de renda indispensável, o nível de renda da população, para ver

quem pode ser um mercado para os incorporadores. Só que naturalmente isso vai variar, porque um incorporador vai saber que aqui vai fazer para a classe alta, aqui vai fazer para a classe média e vai diminuir o conforto e chegar a um preço menor guardando o benefício, guardando a taxa de lucro do capital investido. Mas mesmo assim ele não pode descer muito. Isto é que é o problema: de saber até que ponto do nível de renda da população o incorporador privado pode descer, guardando a mesma taxa de lucro do capital, porque se não tem a mesma taxa de lucro, ele não vai aplicar o capital, para atender a população que não tem esse nível de renda. Esse é um processo absolutamente geral nos países desenvolvidos. Nos países subdesenvolvidos, o processo de produção capitalista do espaço urbano tem o problema que ele vai atender só uma parte da população, a parte que pode pagar, só que esta parte pode ser 70% da população de uma cidade da França e que talvez aqui seja 30% ou 25% da população, não se tem dados precisos. E o resto?

Aparece então o segundo processo de produção do espaço de residência que é o processo de intervenção do poder público, intervenção do Estado, para tentar produzir uma condição, produzir um espaço moderno, com boas condições de residência mas a um preço mais baixo. Então aí vai aparecer uma diferença muito grande entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Nos países desenvolvidos, o Estado vai produzir mais ou menos o mesmo tipo de edifício que o incorporador privado, só com uma taxa de conforto um pouco mais baixa, mais ou menos do mesmo tipo de edifício que um incorporador produz para a classe média. Só que ele vai conseguir diminuir o custo do terreno porque tem um processo de intervenção sobre a estrutura fundiária, que vai fazer com que o poder público possa utilizar terreno de baixo custo. Ao contrário, nos países em desenvolvimento as reservas públicas de terra em geral são muito escassas ou não existem. Então ele vai conseguir baixar o preço do apartamento, baixando já o preço do terreno para construir o edifício e vai utilizar um crédito do governo, dinheiro do banco do governo com juros muito baixos, vai conseguir baixar também o preço do dinheiro e vai tentar fazer concorrência nas indústrias de construção, que vão baixar o preço. Ele vai produzir o espaço que não é exatamente o espaço do incorporador privado mas quase o mesmo, a um preço mais baixo e assim ele vai atender quase todo o resto da população que vai ser a população de “logement” social.

Parte da população que vai ter a possibilidade de utilizar estes alojamentos construídos pelos serviços ligados ao poder público, que em

geral não é diretamente do poder público, é uma sociedade mista controlada pelo poder público e com todas estas facilidades. Nos países em desenvolvimento o nível de renda da população a alojar, que não entra no sistema privado da produção do espaço urbano dos incorporadores, é bastante baixa então muitos resolveram fazer este tipo que vocês chamam de habitações a aluguel moderado, “achelai” em francês, que vai diminuir um pouco o limite de renda, vai baixar o limite de renda. Vai faltar – ainda muita gente sob esse segundo limite de renda e então tem que se fazer outra coisa. Podem-se fazer os conjuntos habitacionais que vocês conhecem melhor do que eu, que é uma maneira de aceitar que vão se elaborar condições bastante diferentes de habitação porque são bastante diferentes das habitações do setor moderno, como estas pequenas casas uma perto da outra, mas que vai ter um custo bastante menor. Então vamos de repente baixar de uma maneira muito forte o nível de renda necessário para entrar nesse processo de produção do espaço residencial só que vamos produzir um espaço residencial bastante diferente. Então vamos aceitar a segregação social dentro do espaço urbano, pois que as pessoas vão viver em condições de paisagem, de estrutura do espaço bastante diferente dos ricos ou da classe média. Mas aceitando isso nós vamos baixar bastante o limite de renda.

Outra possibilidade que também é específica dos países em desenvolvimento é a famosa auto-construção, que existe na América Latina, que existe em quase todas as cidades do Brasil e existe talvez ainda como processo oficial dos poderes do planejamento nos países da África Tropical, que nesses países se chama o habitat sub-integrado, “l’habitat sous-intégré”. É de se pensar, que afinal de contas, a primeira necessidade para o espaço urbano é o saneamento básico, a eletricidade e a água se possível, sobretudo saneamento básico, porque do contrário é muito perigoso se deixar construir muitos espaços urbanos sem o saneamento básico, pois podem ameaçar a saúde pública. Então vamos fazer o saneamento básico, vamos dividir o espaço em lotes. Isso pode ser um processo público, ou pode ser um processo privado; quem possui um terreno, que é o particular, vai poder recuperar uma boa parte do valor da terra, não vai ser prejudicado dentro de um sistema que tem de planejar aceitando a propriedade privada da terra e esses lotes, quem vai comprá-los é gente de baixa renda, que vai construir ela própria a sua casa. Então sábado, domingo ele vai comprar um pouco de madeira, alguns tijolos e vai começar a construir um quarto, depois outro quarto, etc... Este processo de auto construção é um processo que também vai baixar bastante o nível

de renda necessário para poder entrar nesse processo de produção do espaço urbano, que é então um processo intermediário entre o processo do famoso habitat espontâneo e o habitat produzido. Ao final das contas a produção comercializada do espaço é só o saneamento básico, porque muitas vezes é o poder público que vai fazê-lo, e o loteamento. Desde que o lote é comprado, o segundo processo de produção que é a construção da casa é um processo doméstico, não é mais um processo comercializado. É o famoso “quase-modo” de produção doméstica com diz “Adimpies”. É uma maneira de utilizar esta força de trabalho de sábado e de domingo, que é de gente que trabalha durante a semana, dentro de um processo que foge do sistema capitalista de produção do espaço urbano.

Esta auto-construção é um negócio interessante a estudar porque muitas vezes a divisão que se vem a fazer é uma divisão um pouco artificial, porque mesmo neste processo doméstico de produção da casa, de construção, vai aparecer indiretamente o sistema capitalista representado pela venda do material para construir a casa. Assim vai aparecer toda uma atividade de pequenos, de médios comerciantes de tijolos, de tubos, de madeira, de pias, que vão se instalar na beira de duas calçadas, nesta zona de loteamento de habitat de auto-construção, para vender (o proprietário do lote, vai ele mesmo construir a casa) esse material. Ele vai vender em pequenas quantidades, vai haver um setor informal, vamos dizer, da venda, mas com um lucro bastante bom para quem vai vender. Esta é uma maneira indireta de recuperação desta população de baixa renda para a produção do espaço urbano. O nível de renda não permite a existência de um mercado para uma verdadeira produção capitalista do espaço urbano. Então a maneira indireta é utilizar o poder de consumo desta população, que compra alguns tijolos, madeiras, para construir a casa.

E ao final das contas, nos países em desenvolvimento, mesmo com a auto-construção, mesmo com a política de conjuntos habitacionais de casas bastante pequenas, de 23m<sup>2</sup> no Brasil, existe uma parte da população que está ainda mais aquém do nível necessário para entrar nesses processos de produção do espaço urbano. Assim aparece o famoso “habitat espontâneo”, à maneira dos franceses, e que chamam de favelas. O que isso quer dizer é que ninguém quer construir alguma coisa para esta população, porque ela tem renda tão baixa que não interessa a todos aqueles que participam do processo de produção do espaço urbano. Como ninguém vai produzir um espaço urbano para eles e como eles têm que ter um teto para poder sobreviver, então vão fazer um teto espontâneo. Vai aparecer o problema da favelização, pode-se dizer, dentro do espaço

urbano, que é um problema absolutamente geral nos países em desenvolvimento. Na fase atual de organização da economia urbana dos países em desenvolvimento com todo esse fenômeno das migrações, das reservas da mão-de-obra, é um processo absolutamente normal; em todas as grandes cidades dos países em desenvolvimento existem favelas, com outros nomes, mas são favelas, e elas representam a parte mais baixa da renda geral da estrutura da economia urbana destes países.

Não adianta falar dos problemas de favelas, naturalmente são problemas muito graves para a população e para a estrutura geral do espaço urbano. Só que nesta visão da relação do processo de produção do espaço urbano e estrutura social da população em alguns países subdesenvolvidos, e estes eu chamo de subdesenvolvidos, ainda existe um outro tipo de relação entre espaço urbano e residência que felizmente é só em alguns países que aparece. Que eu conheça é só na Índia. Se vocês vão a Bombaim ou Calcutá vêem um outro processo, que é a residência de calçada. Como vou explicar isso? Para ter um lugar nas favelas de Bombaim, poder entrar nas favelas de Bombaim, já se necessita de um pouco de renda para poder ter algumas condições de construir o habitat espontâneo e precisa-se de um lugar, porque tem tanta gente, há uma densidade demográfica tão grande, que não há lugar para todo mundo nas favelas. Então, a quem não tem meios, que verdadeiramente não tem nenhuma condição de obter uma renda qualquer, a única maneira de encontrar um lugar na calçada é, em geral, colocar um pouco de tecido, de juta, de velhos sacos, para não receber ao fim da noite a pequena umidade. E só isso. Só que isso não existia em 1968, quando fui pela primeira vez a Bombaim; em 1978 fiz a experiência de chegar a Bombaim, no aeroporto, às cinco da manhã. Do aeroporto ao centro da cidade, existem grandes avenidas com calçadas bastante largas, de 2 ou 3 m de largura. Então lá se vê gente que está levantando ao nascer do sol. Essa gente acorda e se pode verificar que há uma verdadeira vida, tem um que está fazendo a barba, outro está levando a roupa, outro está fazendo café, tudo na calçada. E quando eu cheguei a discutir com vocês sobre o urbanismo de Bombaim, cheguei a saber que tem mais ou menos 300 mil pessoas vivendo assim. Em Calcutá isso ainda é pior e mais antigo, porque eu já observei em 1968. Então é o último nível é o pior da relação pois nem se tem lugar para um habitat espontâneo, daí ter que viver na calçada.

Com isso, mostramos esses problemas de relação de produção do espaço urbano, condição de produção do espaço urbano e nível de renda da população. Mas o segundo problema é de saber onde se localizam esses

tipos de produção do espaço urbano, ou seja, onde se localizam os bairros-ricos, onde se localizam os conjuntos habitacionais, onde se localizam as favelas, etc.

E isso vai nos mostrar um processo que não é total mas que é um processo, uma tendência. A tendência é que as formas de produção do espaço urbano para a gente mais pobre, vamos dizer, o espaço da pobreza, seja cada vez mais distante do centro da cidade. Essa é uma tendência que não se verifica em todos os lugares, mas é uma certa tendência. Por quê? Porque na verdade, a localização dos conjuntos habitacionais e das auto-construções necessita de um preço de terreno bastante baixo. Então onde se vão encontrar os terrenos baratos? Nos lugares onde não tenha uma grande competição para os preços dos terrenos, o uso do terreno, onde não vai ter alguém para pagar mais. É só na periferia da cidade, sobretudo nas grandes cidades é que vai se encontrar em geral, estas condições de preço de terreno. Quando se trata de favelas tem que se encontrar um terreno que ainda não seja utilizado por outros processos de produção do espaço urbano. Muitas vezes, o mais distante e a favela tem uma existência precária. No caso de Abdijan que nós estávamos falando, as favelas começaram na periferia da cidade, só que na cidade – cresce muito rapidamente e tem que encontrar espaço. Então há uma maneira um pouco autoritária do urbanista de acabar com as favelas. Ele manda o trator para limpar a terra e os favelados têm que ir embora em algumas horas e assim as favelas são destruídas. E vai haver uma reconstrução, a favela vai mais longe e mais longe. Só que esse processo de periferização da classe mais pobre sofre bastante exceções.

Uma exceção, é claro, é quando do meio do espaço urbano tem uma parte que não interessa aos outros processos de produção do espaço urbano, porque é mangue e ninguém quer construir nessas zonas ou então é um morro que é tão difícil de subir que não dá. Então vão se localizar as favelas de Recife no mangue, as favelas do Rio no morro, etc. Isso então vai dar algumas localizações que podem ficar bem centrais, até que esse espaço se torne válido para um processo qualquer de produção do espaço urbano comercializado. Então a favela vai embora.

Outra exceção que vai dar à população de baixa renda a possibilidade de ficar um certo tempo perto do centro da cidade é o processo de degradação que falei para a localização do setor informal vai também localizar uma parte da população pobre, que são os casebres, as casas antigas perto do centro da cidade, que em função do envelhecimento, vão se tornar cada vez mais sem conforto e vai-se passar da casa para o

quarto, cada quarto para uma família e quando não há família, dentro de um quarto várias camas, onde o que se aluga é a cama. No momento (verifiquei isto no mês passado), isso existe no bairro da Bela Vista, em São Paulo, e que é quase central, entre a praça da República e a Avenida Paulista. Poderia ser um espaço de alta valorização mas por razão de um processo de degradação não chegou ainda a uma revalorização completa. Está começando, porque agora a Rua Augusta já tem o Cad'oro e outros hotéis, mas que ainda é pouco. Então, até o processo de renovação não seja completo, a população pobre pode utilizar estas zonas de degradação, estes casebres. Tudo isso não vai interferir completamente na tendência geral de periferização da classe pobre. Aparece a consequência de tudo isso sobre o funcionamento da vida urbana e sobre o funcionamento do sistema sócio-econômico da cidade.

O problema é que o espaço urbano vai ser dividido em sub-espacos: o sub-espaco do terciário superior do centro da cidade, os sub-espacos industriais, o sub-espaco de residência rica, o sub-espaco de residência da classe média, o sub-espaco dos conjuntos habitacionais, o sub-espaco das favelas, etc. Esta divisão do espaco em sub-espacos vai depender de um processo, dos mecanismos da produção do espaco urbano, que são mecanismos com todas as leis da economia capitalista que eu tentei explicar mas que vão obedecer a fatores que não têm nada a ver com os problemas de articulação com os sub-setores. Os sub-setores, como um todo, vão lá por razões de processo de produção do espaco urbano, o setor industrial vai lá por processo de produção do espaco urbano, só que o bairro de pobre tem que fornecer a mão-de-obra do setor industrial.

Então nós vamos ver que tem uma contradição muitas vezes entre as condições que vão dividir o espaco urbano em sub-espaco e as necessidades do funcionamento da vida urbana, que dizer, da mobilidade do homem dentro do espaco urbano, quer seja a mobilidade ligada ao problema de ir da zona de residência até a zona de emprego, quer seja o problema da mobilidade ligada à necessidade de ir da zona de residência até a zona de serviço e de distribuição comercial, etc... O espaco urbano vai ser dominado por estes problemas de mobilidade, de deslocamento da população entre os sub-espacos. Os sub-espacos não são autônomos, o funcionamento da cidade é um funcionamento global e a cidade dividida em sub-espacos tem de se articular, e infelizmente os fatores de localização do sub-espaco não tem a ver com as necessidades de articulação. Então esta é a maior contradição, maior ainda infelizmente nas grandes cidades dos países em desenvolvimento por razões de precariedade da intervenção

do urbanismo para tentar diminuir esta contradição entre a localização do sub-espço e as necessidades de articulação.

Aparece então o problema do transporte urbano: é o da organização de produção do serviço de transporte e de qualquer modo é um problema de tempo. Quando alguém necessita de duas a três horas para ir da zona de residência até o emprego e gasta o mesmo tempo para voltar e sobretudo se as condições de transporte são cansativas, não são confortáveis, torna-se um fator muito grave para as condições de vida da população. Naturalmente seria uma outra consideração falar qual é a resposta à organização do transporte urbano. Eu só queria deixar como conclusão desta palestra que todos esses processos de organização do espaço urbano estão ligados a todos os processos de produção capitalista ou doméstica do espaço urbano e por isso tem de um lado, as condições de organização do espaço urbano e de outro lado as necessidades de articulação dentro do espaço urbano. Esta contradição é talvez o maior desafio para o planejador urbano e infelizmente um desafio talvez acima da capacidade do planejador.